

CONTRATO Nº 127/2023

Processo Administrativo Nº 1.754/2023

Contrato que entre si fazem, de um lado, o **MUNICÍPIO DE SERRINHA**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 13.845.086/0001-03, com sede na Rua Macário Ferreira, nº 517, Centro, Serrinha-Ba, representado pelo Exmº Sr. Prefeito Sr. **Adriano Silva Lima**, doravante denominados **CONTRATANTE** e, do outro lado, a empresa **TRACON TRANSPORTES ESPECIALIZADOS LOCAÇÃO E CONSTRUÇÃO LTDA**, estabelecida na Rua Basílio Cordeiro, nº 282, Centro, Serrinha – BA, CEP 48.700-000, inscrito(a) no CNPJ sob nº 07.346.923/0001-49, através do seu representante legal, Sr. **Luiz Fernando Vianna Santos**, inscrito(a) no CPF sob o nº 645.586.221-04, denominada **CONTRATADA**, observada a Licitação Pregão Eletrônico nº 026/2023, que se regerá pela Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002; Lei Municipal nº 1.205/2018; Lei Estadual nº 9.433/05 de 01 de março de 2005; Lei Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006; Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com alterações posteriores e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

- 1.1 Contratação de empresa especializada em serviços de fretamento de veículos automotivos de passageiros, com motoristas, para suprimento das demandas de roteiros do transporte escolar e universitário do município de Serrinha-Ba, conforme termo de referencia, anexo I do edital.
- 1.2 Trata-se de prestação de serviços com disponibilização de motoristas, fretamento, com quilometragem livre e abastecimento por conta da CONTRATADA.

§1º. A CONTRATADA ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões que se fizerem no objeto, de até 25% do valor inicial atualizado do contrato, na forma dos § 1º e 3º do art. 65 da Lei Federal nº 8.666/93, c/c ao art. 143, § 1º e 3º, da Lei Estadual nº 9.433/05.

§2º. As supressões poderão ser superiores a 25%, desde que haja resultado de acordo entre os contratantes.

CLÁUSULA SEGUNDA – PRAZO

- 2.1 O prazo de execução será de 12 (doze) meses, a partir da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por igual período, desde que atenda o disposto no artigo 57 da Lei Federal 8.666/93, de acordo com as necessidades do órgão solicitante.

CLÁUSULA TERCEIRA - PREÇO

- 3.1 O valor global estimado do contrato é de **R\$ 1.997.892,20** (Hum milhão, novecentos e noventa e sete mil, oitocentos e noventa e dois reais e vinte centavos) de acordo com as planilhas de medição apresentadas mensalmente, em consonância com as ordens de serviços emitidas pela CONTRATANTE, nos preços unitários estabelecidos nas tabelas dos lotes adjudicados, abaixo elencadas:





PREFEITURA MUNICIPAL DE

SERRINHA

ESTADO DA BAHIA

Estado da Bahia
Prefeitura Municipal de Serrinha
Rua Macário Ferreira, nº 517 – Centro
Serrinha – Ba. CEP: 48700-000
CNPJ: 13.845.086/0001-03 | Tel: (75) 3261-8500
www.serrinha.ba.gov.br

LOTE 02 TRANSPORTES DE UNIVERSITÁRIOS - FONTE LIVRE									
ROTA	DESCRIÇÃO DO ITINERÁRIO	TIPO DE VEÍCULO E CAPACIDADE DE PASSAGEIROS	QUANT. / VEÍCULOS (A)	GEOREFERENCIAMENTO EM KM/DIA (B)	KM TOTAL / DIA	DIAS LETIVOS (C)	TOTAL KM ANO (X)	VALOR UNIT. / KM	VALOR TOTAL ANO
ROTA 123	Saindo da MORENA BELA [EM SERRINHA] (Coordenadas X = 500220.1570, Y = 8709616.0220), segue pela BR-116 com destino a FEIRA DE SANTANA, passa por ROTATÓRIA (Coordenadas X = 503919.3324, Y = 8648043.1881), pela FTC (Coordenadas X = 508271.0537, Y = 8646136.4421), UNIFAZ, e UNEF (Coordenadas X = 506905.9642, Y = 8642838.4115), percorrendo ao final de todas as viagens de busca e entrega dos alunos o total de 144,53 km no turno Noturno.	Onibus, licenciado pelo Detran, com capacidade entre 44 a 51 passageiros	1	144,53	144,53	200	28.906	R\$ 5,37	R\$ 155.225,22
ROTA 124	Saindo da MORENA BELA [EM SERRINHA] (Coordenadas X = 500220.1570, Y = 8709616.0220), segue pela BR-116 com destino a FEIRA DE SANTANA, passa por ROTATÓRIA (Coordenadas X = 503919.3324, Y = 8648043.1881), pela FAN, FAT e UNEF (Coordenadas X = 506905.9642, Y = 8642835.7486), percorrendo ao final de todas as viagens de busca e entrega dos alunos o total de 139,93 km no turno Noturno.	Onibus, licenciado pelo Detran, com capacidade entre 44 a 51 passageiros	1	139,93	139,93	200	27.986	R\$ 5,45	R\$ 152.523,70
ROTA 125	Saindo da MORENA BELA [EM SERRINHA] (Coordenadas X = 500220.1570, Y = 8709616.0220), segue pela BR-116 com destino a FEIRA DE SANTANA, passa por ROTATÓRIA (Coordenadas X = 503919.3324, Y = 8648043.1881) até a UNEF (Coordenadas X = 506905.9642, Y = 8642835.7486), percorrendo ao final de todas as viagens de busca e entrega dos alunos o total de 139,93 km no turno Noturno.	Onibus, licenciado pelo Detran, com capacidade entre 44 a 51 passageiros	1	139,93	139,93	200	27.986	R\$ 5,44	R\$ 152.243,84





ROTA 126	Saindo da MORENA BELA [EM SERRINHA] (Coordenadas X = 500220.1570, Y = 8709616.0220), segue pela BR-116 com destino a FEIRA DE SANTANA, passa por ROTATÓRIA (Coordenadas X = 503919.3324, Y = 8648043.1881) até a UNIFAZ (Coordenadas X = 507381.4339, Y = 8644845.2902), percorrendo ao final de todas as viagens de busca e entrega dos alunos o total de 135,26 km no turno Noturno.	Onibus, licenciado pelo Detran, com capacidade entre 44 a 51 passageiros	1	135,26	135,26	200	27.052	R\$ 5,52	R\$ 149.327,04
ROTA 127	Saindo da MORENA BELA [EM SERRINHA] (Coordenadas X = 500220.1570, Y = 8709616.0220), segue pela BR-116 com destino a FEIRA DE SANTANA, passa por ROTATÓRIA (Coordenadas X = 503919.3324, Y = 8648043.1881) até a FTC (Coordenadas X = 508271.0537, Y = 8646136.4421), percorrendo ao final de todas as viagens de busca e entrega dos alunos o total de 136,08 km no turno Noturno.	Onibus, licenciado pelo Detran, com capacidade entre 44 a 51 passageiros	1	136,08	136,08	200	27.216	R\$ 5,51	R\$ 149.960,16
ROTA 128	Saindo da MORENA BELA [EM SERRINHA] (Coordenadas X = 500220.1570, Y = 8709616.0220), segue pela BR-116 com destino a FEIRA DE SANTANA, passa por ROTATÓRIA (Coordenadas X = 503919.3324, Y = 8648043.1881), pela FAN até a FAT (Coordenadas X = 505215.3328, Y = 8644915.5000), percorrendo ao final de todas as viagens de busca e entrega dos alunos o total de 134,20 km no turno Vespertino.	Onibus, licenciado pelo Detran, com capacidade entre 44 a 51 passageiros	1	134,2	134,20	200	26.840	R\$ 5,65	R\$ 151.646,00





PREFEITURA MUNICIPAL DE

SERRINHA

ESTADO DA BAHIA

Estado da Bahia

Prefeitura Municipal de Serrinha

Rua Macário Ferreira, nº 517- Centro

Serrinha - Ba. CEP: 48700-000

CNPJ: 13.845.086/0001-03 | Tel: (75) 3261-8500

www.serrinha.ba.gov.br

ROTA 129	Saindo da MORENA BELA [EM SERRINHA] (Coordenadas X = 500220.1570, Y = 8709616.0220), segue pela BR-116 com destino a FEIRA DE SANTANA, passa por ROTATÓRIA (Coordenadas X = 503919.3324, Y = 8648043.1881), pela FAN até a FAT (Coordenadas X = 505215.3328, Y = 8644915.5000), percorrendo ao final de todas as viagens de busca e entrega dos alunos o total de 134,20 km no turno Noturno.	Onibus, licenciado pelo Detran, com capacidade entre 44 a 51 passageiros	1	134,2	134,20	200	26.840	R\$ 5,65	R\$ 151.646,00
ROTA 130	Saindo da MORENA BELA [EM SERRINHA] (Coordenadas X = 500220.1570, Y = 8709616.0220), segue pela BR-116 com destino a FEIRA DE SANTANA, passa por ROTATÓRIA E LICITAÇÃO - COPEL (Coordenadas X = 503919.3324, Y = 8648043.1881), pela FAN (Coordenadas X = 504947.6344, Y = 8645797.0071), UNIFAZ (Coordenadas X = 507385.3956, Y = 8644848.8271), FTC (Coordenadas X = 508344.2693, Y = 8646133.6252) até a UNEF (Coordenadas X = 506907.9890, Y = 8642820.5322), percorrendo ao final de todas as viagens de busca e entrega dos alunos o total de 159,90 km no turno Matutino.	Onibus, licenciado pelo Detran, com capacidade entre 44 a 51 passageiros	1	159,9	159,90	200	31.980	R\$ 5,26	R\$ 168.214,80
ROTA 131	Saindo da MORENA BELA [EM SERRINHA] (Coordenadas X = 500220.1570, Y = 8709616.0220), segue pela BR-116 com destino a FEIRA DE SANTANA até a UEFS (Coordenadas X = 503712.6150, Y = 8651450.2230), percorrendo ao final de todas as viagens de busca e entrega dos alunos o total de 118 km no turno Noturno.	Onibus, licenciado pelo Detran, com capacidade entre 44 a 51 passageiros	1	118	118,00	200	23.600	R\$ 5,77	R\$ 136.172,00





ROTA 132	Saindo da MORENA BELA [EM SERRINHA] (Coordenadas X = 500220.1570, Y = 8709616.0220), segue pela BR-116 com destino a FEIRA DE SANTANA, passa pela FACULDADE PITÁGORAS (Coordenadas X = 503945.1052, Y = 8646472.3653), UNIASSELVI (Coordenadas X = 505665.4637, Y = 8645148.5857), ESTÁCIO (Coordenadas X = 507001.3516, Y = 8645107.9261) até a UNIRB (Coordenadas X = 507042.3336, Y = 8643495.1745), percorrendo ao final de todas as viagens de busca e entrega dos alunos o total de 141,38 km no turno Noturno.	Onibus, licenciado pelo Detran, com capacidade entre 44 a 51 passageiros	1	141,38	141,38	200	28.276	R\$ 5,24	R\$ 148.166,24
ROTA 133	DESCRIÇÃO DA ROTA: Saindo de MORENA BELA (Coordenadas X = 500220.1570, Y = 8709611.0220), passa por UNIFAZ (Coordenadas X = 507379.0663, Y = 8644796.9842) até UNEF (Coordenadas X = 506905.9642 Y = 8642838.4115) percorrendo ao final de todas as viagens de busca e entrega dos alunos o total de 144,53 km no turno noturno.	Veículo tipo/modelo ONIBUS licenciado pelo DETRAN, com capacidade para 32 passageiros.	1	144,53	144,53	200	28.906	R\$ 5,20	R\$ 150.311,20
ROTA 134	DESCRIÇÃO DA ROTA: Saindo de MORENA BELA (Coordenadas X = 500220.7037, Y = 8709610.5771) até FAN (Coordenadas X = 504936.1163, Y = 8645797.0071) percorrendo ao final de todas as viagens de busca e entrega dos alunos o total de 134,20 km no turno noturno.	Veículo tipo/modelo ONIBUS licenciado pelo DETRAN, com capacidade para 32 passageiros.	1	134,2	134,20	200	26.840	R\$ 5,32	R\$ 142.788,80





ROTA 135	Saindo da MORENA BELA (Coordenadas X = 499614,73, Y = 8710584,35), passa por POSTO SERRINHA (Coordenadas X = 497781,45, Y = 8710120,28), HOSPITAL (Coordenadas X = 497401,37, Y = 8710560,60), VILA NOVAIS (Coordenadas X = 497080,88, Y = 8710746,62) ENTROCAMENTO DE ICHU (Coordenadas X = 492740,97, Y = 8710609,67), MALHADA DO ALTO (Coordenadas X = 487772,71, Y = 8711631,70), MATO FINO (Coordenadas X = 485879,92, Y = 8713243,39), MATO GROSSO (Coordenadas X = 484980,80, Y = 8713910,59), UNEB- COITÉ (Coordenadas X = 470397,95, Y = 8720881,27) percorrendo ao final de todas as viagens de busca e entrega dos alunos o total de 68,80 km ao final do turno.	Veículo tipo/modelo ONIBUS licenciado pelo DETRAN, com capacidade para 48 passageiros.	1	68,8	68,80	200	13.760	R\$ 6,90	R\$ 94.944,00
ROTA 136	Saindo da MORENA BELA (Coordenadas X = 499614,73, Y = 8710584,35), passa por POSTO SERRINHA (Coordenadas X = 497781,45, Y = 8710120,28), HOSPITAL (Coordenadas X = 497401,37, Y = 8710560,60), VILA NOVAIS (Coordenadas X = 497080,88, Y = 8710746,62) ENTROCAMENTO DE ICHU (Coordenadas X = 492740,97, Y = 8710609,67), MALHADA DO ALTO (Coordenadas X = 487772,71, Y = 8711631,70), MATO FINO (Coordenadas X = 485879,92, Y = 8713243,39), MATO GROSSO (Coordenadas X = 484980,80, Y = 8713910,59), FARESI (Coordenadas X = 470379,90, Y = 8721268,97) percorrendo ao final de todas as viagens de busca e entrega dos alunos o total de 68,64 km ao final do turno.	Veículo tipo/modelo ONIBUS licenciado pelo DETRAN, com capacidade para 48 passageiros.	1	68,64	68,64	200	13.728	R\$ 6,90	R\$ 94.723,20



VALOR TOTAL DO LOTE 02	R\$	1.997.892,20
------------------------	-----	--------------

(Hum milhão, novecentos e noventa e sete mil, oitocentos e noventa e dois reais e vinte centavos)

§1º Nos preços previstos neste contrato estão incluídos todos os custos com material manutenção dos veículos, inclusive de manutenção corretiva e preventiva.

§2º Fica às expensas da CONTRATADA as despesas administrativas com salários, piso salarial da categoria, demais exigências de convenções coletivas da categoria de motoristas,, encargos sociais, previdenciários, e trabalhistas;

§3º Os preços ofertados contemplam ainda, fardamento, ferramentas, equipamentos utilizados, depreciação, aluguéis, administração, impostos, taxas, emolumentos e quaisquer outros custos que, direta ou indiretamente, se relacionem com o fiel cumprimento pela CONTRATADA das obrigações consignadas neste contrato.

§4º Todos os custos e despesas operacionais, são de obrigação da contratada.

CLÁUSULA QUARTA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1 As despesas para o pagamento deste contrato correrão por conta dos recursos da Dotação Orçamentária a seguir especificada:

UNIDADE	PROJETO	ELEMENTO	FONTE
5401 – Gabinete do Prefeito	2002- Manutenção das ações do Gabinete do Prefeito	33903900	15000000

CLÁUSULA QUINTA - PAGAMENTO

5.1 Os pagamentos devidos à Contratada serão efetuados através de ordem bancária ou crédito em conta corrente, após apresentação da Nota Fiscal/Fatura e entrega devidamente atestada a execução contratual, desde que não haja pendência a ser regularizada pelo contratado.

§1º. Em havendo alguma pendência impeditiva do pagamento, será considerada data da apresentação da fatura aquela na qual ocorreu a regularização da mesma por parte da CONTRATADA.

§2º. A atualização monetária dos pagamentos devidos pela Administração, em caso de mora, será calculada considerando a data do vencimento da Nota Fiscal/Fatura e do seu efetivo pagamento, de acordo com a variação do IPCA do IBGE pro rata tempore.

CLÁUSULA SEXTA - MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES DA PROPOSTA – REAJUSTAMENTO E REVISÃO

6.1 Tratando-se de fornecimento integral, o preço da proposta pé irreaustável.

CLÁUSULA SÉTIMA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1 A CONTRATADA, além das determinações contidas no ANEXO I do Edital e daquelas decorrentes de lei, obriga-se a:

7.2 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

7.3 Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

7.4 Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos termos fixados, determinando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

7.5 Pagar à Contratada o valor resultante dos fornecimentos, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;



- 7.6 Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura/Recibo da contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.
- 7.7 Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:
- 7.7.1 Exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação previr o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;
- 7.7.2 Direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;
- 7.7.3 Promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado;
- 7.7.4 Considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens
- 7.8 Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;
- 7.9 Verificar minuciosamente a conformidade dos serviços executados com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, para fins de aceitação;
- 7.10 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratado, bem como por qualquer dano direto causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
- 7.11. O veículo deve satisfazer as seguintes exigências:
- 7.11.1. - Ser registrado como veículo de passageiros e quanto à categoria, como aluguel;
- 7.11.2. - Estar o veículo em perfeito estado de conservação e ter no máximo 15 anos de uso e fabricação;
- 7.11.3. - Possuir o veículo todos os itens de segurança exigidos pela legislação, inclusive cinto de segurança em todos os assentos;
- 7.11.4. - Pintura de faixa horizontal na cor amarela, com quarenta centímetros de largura, à meia altura, em toda a extensão das partes laterais, frontal e traseira da carroçaria, com o dístico ESCOLAR, fonte Arial, na cor preta, com 20 cm de largura por 30 cm de altura, sendo que, em caso de veículo de carroçaria pintada na cor amarela, as cores indicativas deverão ser invertidas;
- 7.11.5. - Equipamento registrador instantâneo inalterável de velocidade e tempo (tacógrafo), em perfeitas condições de funcionamento e com Certificado de Aferição emitido pelo INMETRO, para os veículos de transporte e de condução escolar, os de transporte de passageiros com mais de dez lugares;
- 7.11.6. - Lanternas de luz branca, fosca ou amarela, dispostas nas extremidades da parte superior dianteira, e de luz vermelha nas extremidades da parte superior traseira;
- 7.11.7. - Cintos de segurança em número igual à lotação, adaptados na forma estabelecida pela legislação de trânsito vigente;
- 7.11.8. - Extintor de incêndio com carga de pó químico seco ou a gás carbônico de quatro quilos, fixado na parte dianteira do compartimento destinado aos passageiros;
- 7.11.9. - Limitadores de abertura de vidros correções, de, no máximo, dez centímetros;
- 7.11.10. - Dispositivos próprios para a quebra e remoção de vidros, em caso de acidente;
- 7.11.11. - O veículo para o transporte de escolares deverá ainda, possuir todos os demais equipamentos obrigatórios, comuns aos veículos da mesma espécie, previstos no Código de Trânsito Brasileiro e nas Resoluções do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN;
- 7.11.12. - Admite-se a utilização de faixa adesiva em substituição à pintura, desde que atendidas todas as demais especificações, vedada a utilização de faixa imantada, magnética ou a utilização de qualquer outro dispositivo que possa retirá-la, de forma temporária ou definitiva;
- 7.11.13. - O veículo deverá ser submetido à inspeção do DETRAN e a qualquer tempo.
- 7.11.14. A contratada deverá efetuar a vistoria veicular específica para transporte escolar semestralmente nos meses de janeiro e julho.



7.11.15. – Fica vedado ao proprietário do veículo, ampliar a capacidade de lotação do veículo, para fins de transporte escolar, sem a prévia autorização do DETRAN;

7.11.16. – Fica vedada a utilização do veículo para realização de propagandas, anúncios, painéis decorativos e pinturas nos veículos, destinados ao transporte escolar;

7.11.17. – O condutor do veículo deverá portar diariamente, relação atualizada de cada aluno transportado, contendo nome, data de nascimento, telefone do responsável;

7.11.18. – Os veículos devem possuir seguro contra acidentes.

7.11.19. – Todo veículo que transporta alunos deve ter uma autorização especial, expedida pela Divisão de Fiscalização de Veículos e Condutores do Detran ou pela Circunscrição Regional de Trânsito (Ciretran). A autorização deverá estar fixada na parte interna do veículo, em local visível.

7.12. Entregar os materiais e instalar nos locais indicados, no prazo pela contratante, em estrita observância das especificações da proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal constando detalhadamente as indicações da marca, fabricante, modelo, tipo, procedência e prazo de garantia;

7.13. A contratada deverá adotar os seguintes procedimentos visando a segurança dos utilizadores de transporte escolar.

7.13.1. O veículo deverá ser revisado, diariamente, quanto aos seguintes itens:

- a) Sistema de freios;
- b) Sistema de embreagem;
- c) limpadores de para-brisas;
- d) funcionamento de cintos de segurança;
- e) calibragem e estado dos pneus;
- f) sistema elétrico;
- g) óleo do motor;
- h) Ventilação ou ar condicionado;
- i) abastecimento.

7.13.2. periodicamente, devem ser efetuadas as revisões obrigatórias determinadas pelo fabricante do veículo. Além disto, deverão ser atendidas, prontamente, as vistorias de ordem do Detran, bem como dos órgãos concedentes dos serviços de transporte escolar.

7.13.3. A empresa tem que apresentar declaração fornecida pelo órgão licitante de que a mesma percorreu com antecedência o itinerário, principalmente quando se tratar de zona rural.

7.13.4. A licitante deverá, a título de habilitação, comprovar com Certificado de propriedade dos veículos automotores ou documento comprobatório que detém a posse dos bens (contrato de cessão, leasing, etc), devidamente vistoriados de no mínimo 40% (quarenta por cento) dos veículos a serem contratados, acompanhados dos da relação de motoristas com suas respectivas CNH's apensadas;

7.13.5. A empresa participante, sagrando-se vencedora do certame deverá manter escritório administrativo como base de atendimento, permitindo livre acesso à população, órgãos de Controle Externo, (TCU, TCM, CGU e MPF), aos servidores fiscais de contratos da Prefeitura, Chefe de Transportes da Secretaria de Educação e Secretária de Educação, a fim de dirimir dúvidas, prestar esclarecimentos à população e disponibilizar informações imediatas aos órgãos de controle externo. O escritório deverá ser mantido com estrutura mínima de funcionamento, computadores, scanner, telefone, funcionários com horário de funcionamento em expediente comercial das 08:00 às 17:00 horas. A empresa deverá manter fachada do escritório com identificação da empresa, telefone e endereço eletrônico, às expensas da contratada;

7.13.6. Manter cadastro dos veículos com Carteira nacional de habilitação na categoria "D" ou superior compatível com o veículo a ser conduzido e documentos pessoais (Rg, comprovante de inscrição e situação cadastral no CPF-via internet) do condutor indicado pelo proponente e documentos do veículo.

7.13.7. Apresentar Certificado de curso para condutores de veículo de transporte escolar emitido pelo departamento de trânsito (Detran), em plena validade, do condutor indicado pelo proponente.

7.13.8. Possuir Laudo de Inspeção semestral, específica para Transporte Escolar, realizado por empresa credenciada pelo DENATRAN e INMETRO, conforme as normas estabelecidas no Art. 136 da Lei 9.503/97 do CTB (Código de Trânsito Brasileiro).



- 7.13.9. Os veículos não terão franquia de quilometragem.
- 7.13.10. Os veículos deverão ter Seguro Total, sem ônus para essa Administração Municipal.
- 7.13.11. No caso de problemas mecânicos, acidentes ou outras indisponibilidades, a contratada deverá substituir o veículo por outro com as mesmas especificações ou superior, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, sem nenhum ônus adicional para as Secretarias, pelo período que for necessário.
- 7.13.12. Os veículos serão inspecionados pelo responsável do Setor de Transporte, após assinatura do contrato e será emitido um Laudo de aptidão para prestação dos serviços e este integrará o respectivo contrato.
- 7.13.13. Haverá um termo de recebimento e devolução constando a data e o horário, subscrito pelas partes;
- 7.13.14. Quando das revisões recomendadas pelo fabricante ou quando da execução dos serviços de que trata o item acima, a contratada, deverá providenciar a retirada e entrega do veículo nas dependências da Secretaria da qual o mesmo está vinculado.
- 7.13.15. No caso de revisões obrigatórias pelo fabricante, a contratada obriga-se a deixar outro veículo similar ou superior no lugar do veículo retirado;
- 7.13.16. Encarregar-se de todos os custos, despesas e demais necessidades pertinentes à execução dos SERVIÇOS, inclusive responsabilizando-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do mesmo, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 7.13.17. A critério da Administração, substituir, reparar, corrigir, remover, às suas expensas, no prazo máximo fixado no Termo de Referência, os veículos com avarias ou defeitos;
- 7.13.18. Os veículos deverão ser disponibilizados à CONTRATADA, em perfeitas condições de segurança e rodagem;
- 7.13.19. Deverá disponibilizar motorista com habilitação dentro da validade, na categoria compatível com tipo de veículo que irá conduzir;
- 7.13.20. Manter os documentos de licenciamento e seguro obrigatório válidos;
- 7.13.21. Comunicar à Administração, no prazo mínimo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da execução, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 7.13.22. Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação;
- 7.13.23. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 7.13.24. Deverá obrigatoriamente, responsabilizar-se pelas ações de empresas subcontradas, e não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas;
- 7.13.25. Somente será confirmada a prestação dos serviços quando os mesmos estiverem, acompanhados das notas fiscais com detalhamento, para conferência e posterior atestação da execução conforme autorização de serviços expedidas na competência a que se refere;
- 7.13.26. O CONTRATADO deverá atentar-se aos prazos estabelecidos para disponibilização dos veículos, podendo este ser notificado e penalizado caso exceda o limite do prazo, ou realize entrega parcial dos mesmos sem prévia comunicação formalizada expondo motivos para atrasos ou entrega parcial, ficando ao poder público o poder de acatar ou não tais justificativas.
- 7.13.27. O CONTRATADO deverá atentar-se ao prazo de até 30 dias para pagamento de faturas emitidas, não podendo este justificar não entrega, atrasos, dificuldades, ou entregas parciais por motivos de não pagamento de notas fiscais faturadas dentro deste período.
- 7.13.28. Acompanhar as publicações em Diário oficial do Município, assegurando que toda e qualquer notificação seja de conhecimento da contratada, mesmo que sem envio de notificação à endereço eletrônico e ou físico.
- 7.13.29. Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato, inclusive com o abastecimento de combustíveis;
- 7.13.30. manter durante a execução todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação;
- 7.13.31. responder por quaisquer danos pessoais ou materiais causados por seus profissionais durante a execução;
- 7.13.32. não caucionar ou utilizar esse termo a terceiros, no todo ou em parte, sem o prévio consentimento da Contratante;



7.11 DO PREPOSTO

- 7.14.1. O Contratado deverá manter preposto aceito pelo Município de Serrinha - Ba, durante o período de vigência do contrato, para representá-lo administrativamente, sempre que for necessário.
- 7.14.2. O preposto deverá ser indicado mediante declaração em que deverá constar o seu nome completo, número de CPF e do documento de identidade, além dos dados relacionados à sua qualificação profissional.
- 7.14.3. O preposto, uma vez indicado pela empresa e aceito pelo Município de Serrinha, deverá apresentar-se à unidade fiscalizadora, tão logo seja firmado o contrato, para assinar, com o servidor designado para esse fim, o Termo de Abertura do Livro de Ocorrências, e tratar dos demais assuntos pertinentes à execução do contrato, relativos à sua competência.
- 7.14.4. O preposto deverá estar apto a esclarecer as questões relacionadas às faturas relacionadas ao objeto desta licitação.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E DO CONTRATANTE

8.1 O CONTRATANTE, além das obrigações contidas neste contrato por determinação legal, obriga-se a:

- 8.1.1 Fornecer ao contratado os elementos indispensáveis ao cumprimento do contrato, dentro de, no máximo, 10 (dez) dias da assinatura;
- 8.1.2 Realizar o pagamento pela execução do contrato.
- 8.1.3 O(a) servidor da Prefeitura Municipal de Serrinha-Ba, indicado (a) para fiscalizar a execução dos serviços realizados pela contratada,
- 8.1.4 Emitir a ordem de serviços à contratada, autorizando o início dos trabalhos.
- 8.1.5 Acompanhar 'in loco' o recebimento dos veículos, fazendo a vistoria dos mesmos e observando a pertinência das informações do termo de referência;
- 8.1.6 Advertir à contratada "formalmente" sempre que esta incidir em descumprimento de quaisquer cláusulas contratuais.
- 8.1.7 Comunicar ao Secretário(a) ordenador da despesa através de C.I – COMUNICAÇÃO INTERNA, formalizada pelo fiscal/gestor do contrato atualizando(a) dos andamentos dos trabalhos; saldo físico e financeiro do contrato.
- 8.1.8 Atestar os recebimentos provisórios e definitivos de todos os produtos oriundos dos serviços produtos solicitados adquiridos.
- 8.1.9 O fiscal do contrato deve solicitar, formalmente, da contratada a indicação do preposto com poderes para representar sua empresa perante à contratante.

CLÁUSULA NONA - FORMA DE EXECUÇÃO

9.1 A forma de execução é EMPREITA POR PREÇO UNITÁRIO.

CLÁUSULA DÉCIMA - FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO E RECEBIMENTO DO OBJETO

- 10.1 Competirá ao CONTRATANTE proceder ao acompanhamento da execução do contrato, na forma do art. 154 da Lei Estadual 9.433/05, bem assim receber o objeto segundo o disposto no art. 161 da Lei Estadual 9.433/05, competindo ao servidor ou comissão designados, primordialmente:
- Ficam designados a Sr^a. Monique Santana Capistrano da Silva, como Gestora de Contratos, e os seguintes servidores como Fiscais de Contratos:
- Sr^a. Natalli Soeiro Costa, Fsscal de Contrato Pedagógico;
- Sr. Jean Augusto do Rosário Costa, Fiscal de Contrato Administrativo;
- Sr. Thales Crissostomo Pastor Pimentel, Fiscal de Contrato do Almoxarsfado e o Sr. Gilmarcos Lima da Costa, Fiscal de Contrato de Manutenção de Transportes da Secretaria Municipal de Educação.



- 10.1.1. Anotar, em registro próprio, as ocorrências relativas à execução do contrato, determinando as providências necessárias à correção das falhas ou defeitos observados;
- 10.1.2. transmitir ao contratado instruções e comunicar alterações de prazos e cronogramas de execução, quando for o caso;
- 10.1.3. dar imediata ciência a seus superiores e ao Órgão de Controle Interno, Acompanhamento e Avaliação Financeira de contratos e convênios, dos incidentes e ocorrências da execução que possam acarretar a imposição de sanções ou a rescisão contratual;
- 10.1.4. adotar, junto a terceiros, as providências necessárias para a regularidade da execução do contrato;
- 10.1.5. promover, com a presença da contratada, a verificação da execução já realizada, emitindo a competente habilitação para o recebimento de pagamentos;
- 10.1.6. esclarecer prontamente as dúvidas da contratada, solicitando ao setor competente da Administração, se necessário, parecer de especialistas;
- 10.1.7. cumprir as diretrizes traçadas pelo órgão central de controle interno, acompanhamento e avaliação financeira de contratos e convênios;
- 10.1.8. fiscalizar a obrigação da contratada de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem como o regular cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias;
- 10.1.9. ordenar a imediata retirada, de suas dependências, de empregados da contratada, cuja permanência seja inconveniente ou que venha embaraçar ou dificultar a ação fiscalizadora, correndo, por exclusiva conta da contratada, quaisquer ônus decorrentes das leis trabalhistas e previdenciárias, bem como qualquer outra que tal fato imponha;
- 10.1.10. solicitar da Contratada, a qualquer tempo, a apresentação de documentos relacionados com a execução do contrato.

Parágrafo único: A ação ou omissão, total ou parcial, da fiscalização do contratante, não eximirá a CONTRATADA de total responsabilidade na execução do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – PENALIDADES

11.1. MULTAS E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

- 11.1.1. O descumprimento do contrato ensejará aplicação sanções estabelecidas no Edital.
- 11.1.2. Aplicação de multa não impede a Administração de rescindir o contrato e de impor simultaneamente ao contratado penas de advertência, suspensão temporária ou declaração de inidoneidade.
- 11.1.3. Pela inexecução total ou parcial do objeto do contrato, podem ser aplicadas ao contratado as sanções a seguir:
 - 11.1.3.1. advertência;
 - 11.1.3.2. multa, de acordo com o previsto no contrato;
 - 11.1.3.3. suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até dois anos;
 - 11.1.3.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;
 - 11.1.3.5. será concedida reabilitação sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da suspensão temporária, se aplicada.
 - 11.1.3.6. Além das penalidades citadas, o contratado fica sujeito às demais sanções civis e penais previstas em Lei.
 - 11.1.3.7. Intimação dos atos correspondentes à pena de suspensão temporária e à declaração de inidoneidade será feita mediante publicação na imprensa oficial.





11.1.3.8. Para validade da aplicação de penalidades será assegurado ao contratado direito ao contraditório e à ampla

11.1.3.9. defesa, no prazo de cinco dias úteis;

11.2. Em se tratando da modalidade pregão, ficará impedido de licitar e de contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e será descredenciado do Sicafe ou dos sistemas de cadastramento de fornecedores semelhantes, pelo prazo de até cinco anos, licitante que, convocado dentro do prazo de validade da proposta:

- 11.2.1. deixar de celebrar o contrato;
- 11.2.2. deixar de entregar documentação exigida no edital;
- 11.2.3. apresentar documentação falsa;
- 11.2.4. ensejar o retardamento da execução do objeto do contrato;
- 11.2.5. não mantiver a proposta;
- 11.2.6. falhar na execução do contrato;
- 11.2.7. fraudar a execução do contrato;
- 11.2.8. comportar-se de modo inidôneo;
- 11.2.9. cometer fraude fiscal.

11.3. Essas penalidades não excluem multas previstas no edital e no contrato e demais cominações legais, em especial as estabelecidas na Lei nº 8.666/1993.

11.4. Aplicação de penalidades deve estar devidamente motivada em processo administrativo

11.5. Processos administrativos de que resultem sanções poderão ser revistos, a qualquer Tempo, a pedido ou de ofício, quando surgirem fatos novos ou circunstâncias relevantes suscetíveis de justificar a inadequação da sanção aplicada.

11.6. Da revisão do processo não poderá resultar agravamento da sanção.

11.7. A contratada está sujeita a todas as sanções contidas nos artigos 86 ao 88 e crimes e penas contidos nos artigos 88 ao 99 da lei 8.666/93.

DOSIMETRIA APLICÁVEL SANÇÃO DE CONDUTA PRATICADA PELA LICITANTE OU CONTRATADA: CONDUTA PRATICADA PELA LICITANTE OU CONTRATADA DOSIMETRIA APLICÁVEL	DOSIMETRIA APLICÁVEL
Deixar de entregar documentação exigida para o certame	2 meses
Não celebrar o contrato, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta	4 meses
Apresentar documentação falsa	24 meses
Não manter a proposta	4 meses
Falhar na execução do contrato	12 meses
Fraudar na execução do contrato	30 meses
Comportar-se de modo inidôneo	24 meses
Cometer fraude fiscal	40 meses

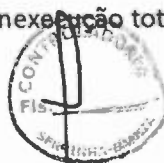
11.8. Da Multa

11.8.1. A multa, no âmbito do contrato, que poderá ser:

I - De caráter compensatório, quando será aplicado os seguintes percentuais:

a) 15% (quinze por cento) em caso de inexecução parcial do objeto pela contratada ou nos casos de rescisão do contrato, calculada sobre a parte inadimplida;

b) 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato, pela sua inexecução total.





II - De caráter moratório, na hipótese de atraso injustificado na entrega ou execução do objeto do contrato, quando será aplicado os seguintes percentuais:

- a) 0.33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, quando o atraso não for superior à 1 (um) mês;
- b) 0.66% (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso que exceder a alínea anterior, na entrega de material ou execução de serviços, calculados desde o trigésimo primeiro dia de atraso, sobre o valor correspondente à parte inadimplente, em caráter excepcional e a critério do órgão contratante.

11.8.2. A multa aplicada pela autoridade competente deverá ser formalizada mediante apostilamento contratual, na forma do artigo 65, §8.º da Lei n.º 8.666/1993 e será executada mediante:

I - quitação do valor da penalidade por parte do fornecedor em prazo a ser determinado pela autoridade competente;

II - desconto no valor da garantia depositada do respectivo contrato;

III - desconto no valor das parcelas devidas à contratada e;

IV - procedimento judicial.

§ 1º Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a contratada pela sua diferença, devidamente atualizada pelo índice estipulado em contrato ou, na falta deste, pelo Índice Geral de Preços - Mercado (IGP-M), ou aquele que vier a substituí-lo.

§2º A Atualização pelo índice previsto no parágrafo anterior, será aplicada até o primeiro DAM emitido após decisão definitiva.

§3º Em caso de inadimplência do DAM, prevista no §2º, será aplicada a seguinte regra:

- a) a partir do 1º dia de atraso correrá multa de mora de 0,33%, por dia de atraso, limitado ao percentual de 20%; e
- b) a partir do 1º dia do mês subsequente a data de vencimento, começará a aplicar a taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC, sendo aplicadas cumulativamente com a multa moratória.

§4º O pagamento da importância devida poderá ser parcelado, mediante autorização da Diretoria Executiva, desde que o processo não tenha sido remetido para cobrança judicial, observando-se ainda o disposto na Instrução Normativa, que versa sobre a matéria, em vigência, à época, do pedido de parcelamento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - RESCISÃO

12.1. A inexecução, total ou parcial, do contrato ensejará a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas na Lei Federal nº 8.666/93 e Estadual nº 9.433/05.

§º1. A rescisão poderá ser determinada, por ato unilateral e escrito do Contratante nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVIII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93 e art. 167, incisos I a XV, XX e XXI da Lei Estadual nº 9.433/05.

§º2. Quando a rescisão ocorrer com base nos incisos I, XIII e XVII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, c/c ao art. 167, incisos I, XVI, XX da Lei Estadual nº 9.433/05, sem que haja culpa do contratado, será este ressarcido dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido na forma do § 2º do art. 79 da Lei Geral de Licitações e o art. 168, § 2º da supramencionada Lei Estadual.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – VINCULAÇÃO AO EDITAL DE LICITAÇÃO

13.1. Integram o presente contrato, como se nele estivessem transcritas, as cláusulas e condições estabelecidas no processo licitatório referido no preâmbulo deste instrumento, no edital da licitação e seus anexos e na proposta do licitante vencedor, apresentada na referida licitação.





CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - FORO

- 14.1. As partes elegem o Foro da Cidade de Serrinha, Estado da Bahia, que prevalecerá sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente contrato.
- 14.2. E, por estarem assim justos e contratados, firmam o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma na presença das testemunhas que subscrevem depois de lido e achado conforme.

Serrinha – BA, 01 de agosto de 2023.

MUNICÍPIO DE SERRINHA

Adriano Silva Lima

CONTRATANTE

TRACON TRANSPORTES ESPECIALIZADOS LOCAÇÃO E CONSTRUÇÃO LTDA

Luiz Fernando Vianna Santos

CONTRATADA

